

ANO IX | Nº 87 | MAIO | 2010

ADVOCEF

EM REVISTA

Prestação de contas

Diretoria da ADVOCEF analisa sua gestão



Juristantum
.....
..... ADVOCEF

A imperatividade do Direito positivo e o poder do juiz na apreciação da medida liminar

Reis Friede



Unidos somos bem mais fortes

Chegou maio de 2010. Mês de eleições e do XVI Congresso Nacional da ADVOCEF.

Ao olharmos a recente história de nossa Associação vimos percorridos inúmeros caminhos e a consolidação de importantes conquistas. O aumento da remuneração e da verba honorária é inegável.

Há muita energia armazenada, não dissipada em tantos embates que, por certo, prenunciam novas vitórias.

Vontade, determinação e coragem permanecem íntegras. A par de dissidência na forma e modo de promover alterações normativas, relevantes, mas não emergenciais, concluímos que a união em torno dos interesses comuns é, sem dúvida, a mais forte e indelével marca da administração que finaliza sua gestão. Há temas de enorme importância, tanto na adequação interna da Associação quanto no trato com a empregadora e outras entidades, que serão enfrentados.

O estímulo gerado pelo anseio de melhor remuneração, passível de obtenção por diversas formas, diretas e indiretas, não pode ser sobreposto a outras necessidades, talvez mais urgentes. Refiro-me às condições de trabalho, de saúde dos profissionais, e da unifica-

ção da carreira. Esses três pontos, juntamente com a remuneração, agora parcialmente melhorada, quando superados, serão fonte de contentamento e de pacificação dos profissionais atuantes no Jurídico.

E a conquista dependerá da atuação dos novos dirigentes e do efetivo apoio que lhes prestar o associado. É preciso condições para operacionalizar as demandas, tornando-as efetivas.

No entanto, presentes estão elementos essenciais: há confiança na força e no potencial da categoria. Logo, fazer acontecer depende de nós.

É natural que um grupo pensador, independente, preparado tecnicamente, habilitado a lutar e superar dificuldades, reclame ajustes finos para funcionar em perfeito equilíbrio. Ainda assim, permanece mais verdadeiro o slogan símbolo de nossa atuação: Unidos somos bem mais fortes.

À nova gestão, ótimo trabalho. A cada associado o merecido sucesso.

À ADVOCEF vida longa, repleta de vitórias a serem contadas e cantadas com entusiasmo.

Um fraternal abraço.

Davi Duarte, Presidente
17Ago08 a 13Maio10.



Conselho Editorial: Davi Duarte, Bruno Vanuzzi, Carlos Alberto R. de Castro Silva, Roberto Maia, Marcelo Quevedo do Amaral, Anna Claudia de Vasconcellos e Júlio Vitor Greve | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto gráfico:** Eduardo Furasté | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa e contracapa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Colaborou nesta edição:** Bruna da Silva Maia | **Tiragem:** 1.100 exemplares | **Impressão:** Gráfica Pallotti | **Periodicidade:** Mensal.

A ADVOCEF em Revista é distribuída aos advogados da CAIXA, a entidades associativas e a instituições de ensino e jurídicas.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA 2008-2010

Presidente: Davi Duarte (Porto Alegre)

Vice-Presidente: Bruno Vicente Becker Vanuzzi (Porto Alegre)

1º Secretário: Ricardo González Tavares (Porto Alegre)

2º Secretário: José Carlos Pinotti Filho (Londrina)

1º Tesoureiro: Fernando da Silva Abs da Cruz (Novo Hamburgo)

2º Tesoureiro: Mariano Moreira Júnior (Florianópolis)

Diretor de Articulação e Relacionamento Institucional:

Carlos Alberto Regueira de Castro Silva (Recife)

articulacao@advocef.org.br

Diretor de Comunicação:

Roberto Maia (Porto Alegre)

comunicacao@advocef.org.br

Diretor de Honorários:

Marcelo Quevedo do Amaral (Porto Alegre)

honorarios@advocef.org.br

Diretor de Negociação:

Anna Claudia de Vasconcellos (Florianópolis)

negociacao@advocef.org.br

Diretor de Prerrogativas:

Júlio Vitor Greve (Brasília)

prerrogativas@advocef.org.br

REPRESENTANTES REGIONAIS

Laert Nascimento Araújo (Aracaju) | Patrick Ruiz Lima (Belém) | Leandro Clementoni da Cunha (Belo Horizonte) | Elisia Sousa Xavier (Brasília) | Juliana Varella Barca de Miranda Porto (Brasília) | Júlio Vitor Greve (Brasília) | Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (Campinas) | Alfredo de Souza Brites (Campo Grande) | Renato Luiz Ottoni Guedes (Cascavel) | Eber Saraiva de Souza (Cuiabá) | Jayme de Azevedo Lima (Curitiba) | Edson Maciel Monteiro (Florianópolis) | Adonias Melo de Cordeiro (Fortaleza) | Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiânia) | Leopoldo Viana Batista Junior (João Pessoa) | Rodrigo Trezza Borges (Juiz de Fora) | Altair Rodrigues de Paula (Londrina) | Dioclécio Cavalcante de Melo Neto (Maceió) | Alcefredo Pereira de Souza (Manaus) | José Irajá de Almeida (Maringá) | Carlos Roberto de Araújo (Natal) | Daniel Burkle Ward (Niterói) | João Carlos Matas Luz (Novo Hamburgo) | Luis Gustavo Franco (Passo Fundo) | Marcelo Quevedo do Amaral (Porto Alegre) | Melissa dos Santos Pinheiro (Porto Velho) | Henrique Chagas (Presidente Prudente) | Pedro Jorge Santana Pereira (Recife) | Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti (Ribeirão Preto) | Carlos Eduardo Leite Saboya (Rio de Janeiro) | Jair Oliveira Figueiredo Mendes (Salvador) | Fábio Radin (Santa Maria) | Antonio Carlos Origa Junior (São José do Rio Preto) | Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer (São José dos Campos) | Ênio Leite Alves da Silva (São Luís) | Roland Gomes Pinheiro da Silva (São Paulo) | Renato Cavalcante de Farias (Teresina) | Tiago Neder Barroca (Uberaba) | Luciola Pareira Vasconcelos (Uberlândia) | Cleber Alves Tumoli (Vitória) | Aldir Gomes Selles (Volta Redonda).

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros efetivos: Laert Nascimento Araújo (Aracaju), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (Londrina) e Henrique Chagas (Presidente Prudente).

Membros suplentes: Maria Eliza Nogueira da Silva (Brasília), Arcinélcio de Azevedo Caldas (Campos dos Goytacazes) e Daniele Cristina Alaniz Macedo (São Paulo).

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Liana Cunha Mousinho Coelho (Belém), Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte) e Alfredo Ambrósio Neto (Goiânia).

Membros suplentes: Fábio Romero de Souza Rangel (João Pessoa) e Sandro Cordeiro Lopes (Rio de Janeiro).

Endereço em Brasília/DF:

SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Sala 1410 | Edifício João Carlos Saad | CEP 70070-120 | Fone (61) 3224-3020

E-mail: brasilia@advocef.org.br | Auxiliar administrativo: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Porto Alegre/RS:

Rua Siqueira Campos, 940 / 201 | Centro | CEP 90010-000
Fones (51) 3286-5366 e (51) 3221-7936

Auxiliares Administrativos: Lisandra de Andrade Pereira (Financeiro) e Rafael Martins Dias (Secretaria).

www.advocef.org.br – Discagem gratuita 0800.647.8899

Diálogo, o melhor remédio

Saber da grande força da categoria, que tem um potencial maior ainda, foi uma das gratificações do advogado Davi Duarte na administração da ADVOCEF. Mais: "Que ideias contrárias fazem crescer e que o diálogo ainda é o melhor remédio para vencer as dificuldades." Leia a entrevista.

ADVOCEF EM REVISTA - O que destaca entre as realizações da gestão?

DAVI DUARTE - A manutenção de uma administração austera, o incremento da receita em prol da Associação, o aumento do salário para os profissionais, a união com outras entidades e, principalmente, o espaço conquistado junto à CONTEC. Além disso, destaco a forte união entre os advogados, o aprimoramento da qualidade da Revista de Direito da ADVOCEF e do site. E também a publicação da Revista de Literatura, por mostrar os diversos talentos existentes no Jurídico da CAIXA, e o intenso trabalho institucional junto aos parlamentares, sindicatos e OAB.

ADVOCEF - Cumpriu tudo que constava da plataforma de campanha?

DAVI - Não foi possível realizar todo o programa. A gestão foi atípica por mais de um aspecto. Em primeiro lugar o mandato foi de adaptação a novo período, limitado a 21 meses. A greve dos profissionais durou de abril a junho de 2009, com negociação de seus efeitos inclusive em novembro de 2009 e cumprimento até abril de 2010. Esse longo período de verdadeira batalha, com ajuizamento de dissídio, obrigando a intensas e extensas negociações, consumiu parcela significativa do tempo.

ADVOCEF - Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas na gestão?

DAVI - A intransigência da Empresa na negociação salarial, obrigando a um mergulho profundo no enfrentamento direto, com dispêndio de energia que não seria preciso. A consequência direta foi o adiamento e desvio do foco dos fins que



Davi: espaço a novos e competentes profissionais

interessavam diretamente à CAIXA e aos profissionais. Somente depois do conflito pudemos nos dirigir para "recuperar +" e prevenir litígios. Também a mudança de perfil de alguns profissionais, provocada tanto pela alteração de tratamento que lhes dispensou a Empresa quanto por seu próprio comportamento.

Da empregadora nota-se a tendência de exigir trabalho compatível com um profissionalismo frio, gerador do distanciamento de valores que antes eram a pedra de toque. O empregado vestia a camisa da CAIXA com orgulho, dedicação e

determinação, independentemente de quem fosse o representante da Empresa. Agora, e cada vez mais, acentua-se um trato profissional até que proposta melhor apareça. A partir daí surge o imediatismo e a busca da vantagem legal, com maior quantidade de litígios, o que, ao meu ver, é prejudicial para a confiança e harmonia das próprias relações trabalhistas.

ADVOCEF - O que deve ser realizado pela próxima administração?

DAVI - Muito foi feito, mas será preciso aprimorar mecanismos de defesa das prerrogativas, especialmente em face de atos isolados, de um ou outro administrador, que parece considerar o Jurídico da CAIXA território de sua propriedade. É preciso investir mais em profissionais de apoio, para que a ADVOCEF tenha "braços operacionais" aptos a cumprir as deliberações da Diretoria Executiva. Cumprir as deliberações do XVI Congresso Nacional, voltadas à implementação de alterações estatutárias, Plano Plurianual e detalhamento das melhorias das condições de trabalho.

ADVOCEF - O que foi mais gratificante no período?

DAVI - Saber que a força da categoria é enorme e o potencial maior ainda. Que as pessoas podem errar, mas que o mais importante é a determinação de seguir pelo caminho do bem. Que ideias contrárias fazem crescer e que o diálogo ainda é o melhor remédio para vencer as dificuldades. Que a comunicação eficiente, um objetivo claro e a capacidade de mobilização marcaram indelevelmente a gestão.

ADVOCEF - Por que não se candidatou à reeleição?

DAVI - A continuidade do exercício do poder, ainda que por breve período, impede que força nova atue e concretize o que faltou ser feito. Há profissionais que abriram espaço por mostrar trabalho de excelente qualidade. É bom ver a entidade "Sob nova direção".

Balanço da gestão

Foram 21 meses de gestão, iniciada em 17/8/2008. O período menor - o normal seria de 24 meses - foi para adaptar à nova data de posse da Diretoria eleita, que acontecerá a partir de agora no Congresso da ADVOCEF. Assim, em 13/5/2010, assumirão os novos administradores, liderados pelo presidente Carlos Castro e a vice-presidente Anna Claudia de Vasconcellos.

Nos depoimentos que seguem, o presidente e os diretores da gestão atual analisam seus desempenhos. A unificação da categoria, que realizou uma greve histórica e conquistou avanços salariais, é apontada como um dos pontos altos da administração.

Outros destaques são a campanha que incrementou a arrecadação e distribuição de honorários, a atuação institucional que fortaleceu a ADVOCEF, a defesa das prerrogativas dos advogados da CAIXA, a consagração da Revista de Direito e o lançamento da Revista de Literatura.

ADVOCEF - Quer destacar algo mais?
DAVI - Agradeço aos órgãos da ADVOCEF e funcionários o apoio recebido. Ao vice-presidente e diretores, enalteço o imenso trabalho que, em regra, esconde o nome dos verdadei-

ros autores. À oposição, que se formou após a greve, a oportunidade pelo confronto de ideias. À direção da CAIXA, por permitir que mostrássemos o valor dos profissionais e pelo temor que tem dos advogados, quando queríamos

apenas respeito e salutar convivência. A tantos quantos que, de uma forma ou de outra, foram degraus dessa imensa escada da qual, com muita honra, agora desço, para pôr os pés na terra, na amada terra do Brasil.

| Vice-Presidência

Árduo e enriquecedor

O principal desafio da gestão foi prever e se antecipar às críticas que surgem a cada decisão, diz o vice-presidente da ADVOCEF, Bruno Vanuzzi. Foi uma experiência rica. Segundo Bruno, quem participou da administração amadureceu como profissional e como pessoa.

ADVOCEF EM REVISTA - Como foi a experiência de administrar a Associação?

BRUNO VANUZZI - A ADVOCEF é uma Associação de grandes proporções, e administrar as expectativas de quase mil profissionais, espalhados por um país de dimensões continentais, é uma das tarefas mais árduas que um advogado pode enfrentar. Nestes quase dois anos aprendemos a lidar com as frustrações de uma categoria que pode ser comparada a um mosaico de personalidades, trajetórias e aspirações. Tivemos como principal desafio prever e nos anteciparmos às críticas que surgem a cada decisão que devemos tomar.

A rotina diária de trabalho se divide entre a necessidade de termos iniciativa e sermos ágeis e a exigência constante de consulta prévia à categoria. Não é tarefa fácil, pois os associados esperam de seu dirigente que ele seja sempre diligente, rápido, eficiente, estratégico. Mas, ao mesmo tempo, os associados esperam estar sempre previamente informados dos próximos passos, o que muitas vezes é inatingível.

Essa realidade só pode ser compreendida completamente vivendo o dia a dia da Associação, que é muito rico. Tenho certeza de que todos os que participaram desta administração, e que foram muitos, amadureceram muito como profissionais e como pessoas, principalmente no período de nossa greve, que foi difícil.

Dessa fase, além do aprendizado, ficaram os laços de amizade e confiança

que não mais se apagarão. Os momentos de tensão, as decisões que tivemos que tomar a cada dia, a pressão da categoria e da Empresa, os riscos envolvidos, tudo isso foi compartilhado minuto a minuto entre os membros da Diretoria Executiva, que nesse período abriram mão quase que integralmente do convívio com suas famílias para se dedicar a algo em que acreditavam. Também nesse período passamos a conviver mais proximamente com nossos colegas da ANEAC, compreendendo melhor suas questões.

ADVOCEF - Que realizações destacaria na gestão?

BRUNO - Nossas principais realizações foram resgatar a participação coletiva na Associação e o orgulho da categoria. Na minha trajetória de oito anos de associado, jamais havia visto tantos colegas participarem da ADVOCEF, e com tanta vontade. O trabalho que vem sendo feito em torno dos honorários é prova dessa dedicação coletiva, com ricas contribuições de todo o país. O salário de ingresso também foi substancialmente majorado, o que resgata de certa forma nossa dignidade. Por outro lado, o movimento de 2009, que culminou na greve, trouxe à categoria a esperança de reconhecimento de nosso trabalho por parte da Empresa, o que ainda não é uma realidade completa. Talvez esse seja nosso próximo desafio.

ADVOCEF - Um objetivo que não foi alcançado.

BRUNO - Desde as minhas primeiras contribuições à ADVOCEF, seis anos atrás, sempre almejei a igualdade de direitos entre todos os advogados do quadro, o que não é igualdade de salários, que devem sempre respeitar uma proporcionalidade em relação ao tempo de serviço. A isonomia de direitos é ainda uma utopia que deve ser o nosso norte. Esperava atin-



| Bruno: sob a sombra do neoliberalismo

gir esse objetivo até o fim desta gestão, o que não foi possível por inúmeros motivos. Demos alguns passos nesse sentido, mas ainda estamos muito longe. Disputas entre as centrais sindicais, interesses eleitorais e dogmas administrativos são alguns dos obstáculos que teremos que superar. A Empresa ainda vive sob a sombra de um modelo de gestão que já foi chamado de "neoliberal", o que não contribui em nada para eliminar as desigualdades. Por outro lado, a isonomia era até pouco tempo a pauta principal dos sindicatos, mas parece que a eleição deste ano vai adiar novamente a discussão. Realmente, trata-se de uma das tarefas mais árduas.

ADVOCEF - Alguma recomendação para os novos administradores da ADVOCEF?

BRUNO - Desejo o maior sucesso possível, pois o sucesso deles será o sucesso de todos nós. Recomendo, da experiência vivida e observada, que tenham plena consciência da entrega pessoal e da dedicação incondicional que a tarefa exige, pois a família ficará em segundo plano por um tempo. Essa renúncia deve ser sempre avaliada previamente. Já vi dirigentes de outras entidades abrirem mão de suas atribuições, em momentos críticos, por conta de pressões de familiares. Quem se propõe a dirigir uma entidade deve ter esse elemento em conta, para não decepcionar familiares e associados.

Entidade forte

O diretor de Articulação da ADVOCEF, Carlos Castro, já foi vereador em Olinda/PE, secretário geral do Parlamento Comum da Região Metropolitana do Recife e exerceu vários outros cargos no Poder Executivo e no Judiciário. "Mas aprendi que aqui é o meu lugar, ainda que apenas como simples associado e colaborador", declara. Sua atuação tornou a ADVOCEF mais conhecida, aproximando-a das centrais sindicais, da OAB, do Judiciário, de parlamentares e ministros de Estado.

ADVOCEF EM REVISTA - Como foi a experiência de diretor da ADVOCEF?

CARLOS CASTRO - Esta foi a segunda vez que concorri e fui eleito diretor da ADVOCEF. Como diretor da Região Nordeste, àquela época, era muito difícil atuar junto à Associação e aos associados da nossa região. Os trabalhos eram injustamente centralizados nas mãos dos nossos presidentes. Defendi no Congresso de Vitória a mudança do nosso estatuto. Hoje a Diretoria Executiva trabalha harmonicamente sob o comando do presidente e, especificamente nesta gestão que se finda, contamos com um grupo de amigos que, apesar das suas inúmeras tarefas nas unidades, não tem medido esforços em colaborar com a nossa Associação.

ADVOCEF - Que realizações destacaria na sua pasta?

CARLOS - Nesta gestão houve uma maior aproximação com as nossas centrais

sindicais e com a OAB. Contatos políticos com visitas a ministros de Estado, do Poder Judiciário, deputados e senadores tornaram a nossa Associação mais conhecida. Mas muito ainda há que ser feito. Precisamos buscar formas criativas de chegar junto à população, participando e colaborando.

Esta gestão conseguiu unir ainda mais os nossos associados, bem como fortaleceu parcerias com outras associações internas na nossa Empresa. Com a união e o apoio de todos, foi possível a realização da mais sólida, longa e vitoriosa greve existente na história da CAIXA. O incentivo para que os companheiros associados fossem candidatos a cargos executivos, conselheiros da OAB passa necessariamente por uma visão futurista do fortalecimento da nossa entidade. Hoje vários companheiros, como eu, foram eleitos para compor diretorias executivas e os conselhos seccionais da OAB.

ADVOCEF - Alguma recomendação para os novos administradores da ADVOCEF?

CARLOS - A sonhada isonomia com os advogados públicos, inclusive com a criação da Procuradoria das Empresas Públicas Federais, tem que ser uma meta da próxima gestão, pois apesar de tantos esforços da atual Diretoria e dos companheiros da Associação Nacional dos Procuradores das Empresas Públicas Federais, o projeto de lei se encontra ainda na mesa do advogado-geral da União, com visíveis sinais de que não seremos contemplados.



| Carlos:
isonomia deve
ser meta da
próxima gestão

ADVOCEF - Alguma outra observação?

CARLOS - Aproveito para registrar a minha gratidão a cada um dos nossos associados, por ter me confiado tão nobre missão. Agradecer aos colegas do JURIR/Recife, que assumiram as minhas centenas de prazos judiciais para que eu pudesse defender a nossa categoria nas minhas constantes viagens para participar da mesa de negociações. Aos companheiros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, pela forma harmoniosa e respeitosa como apoiaram os trabalhos nesse período. À CONTEC, na pessoa do seu presidente Lourenço do Prado e da sua diretora financeira, minha querida amiga Rumiko Tanaka, que sempre nos apoiou. E, por fim, aos representantes patronais na mesa de negociação, comandada pela colega Ana Telma Sobreira do Monte, pois apesar dos nossos grandes embates e divergência na mesa, frise-se de forma cordial, lutamos todos por um único objetivo - o fortalecimento da CAIXA e a manutenção da nossa empregabilidade.

Honorários

Trabalho coletivo

Marcelo Quevedo, diretor da ADVOCEF

"A experiência como diretor de Honorários da ADVOCEF foi trabalhosa, mas muito gratificante. Conseguimos envolver um grande número de colegas no esforço para controle, qualificação e ampliação da nossa arrecadação. Conseguimos manter um canal de comunicação com os associados para tratar exclusivamente de honorários, trocando experiências e divulgando as melhores práticas através do Fórum. Realizamos um encontro para tratar exclusivamente do assunto e teremos

um espaço exclusivo no próximo Congresso.

Além disso, mantivemos um excelente relacionamento com a Diretoria Jurídica, mantendo contato frequente na defesa dos temas de interesse dos associados. Como realizamos um trabalho coletivo, tenho certeza que o novo diretor encontrará muitos parceiros, dentre os quais eu, para somar forças na busca de novas conquistas.

Quanto aos desafios, acredito que ainda necessitamos de uma instância com atribuições



| Marcelo:
investir cada vez
mais no controle

para harmonizar entendimentos divergentes sobre a incidência de honorários em questões ainda polêmicas e investir cada vez mais no controle e na divulgação das informações relevantes aos nossos associados."

Missão cumprida

Fernando Abs da Cruz, 1º Tesoureiro da ADVOCEF

"Foram muitas as dificuldades, angustiadas os momentos de fechamento dos rateios, na ânsia de fazer chegar às mãos de cada associado, com correção, sua cota na divisão de honorários, fruto do dedicado trabalho de cada um de nós.

Dizem que há certos ofícios que, quando dão notícia, é porque não andam bem. Com essa convicção, procuramos trabalhar na retaguarda, garantindo o contínuo e adequado funcionamento do expediente interno da ADVOCEF, buscando dar suporte às ações dos órgãos diretivos da entidade. Esta era a meta, conferir tratamento adequado e correto às finanças de nossa Associação.

Acreditamos ter alcançado o intento. Não sem muito esforço e superação de dificuldades, que foram muitas. A começar pelo desafio que foi montar uma nova equipe de funcionários para assessorar a Diretoria. Nenhum dado, nenhum documento, nenhum procedimento poderia ser perdido. Foi-se chegando à conclusão de que uma profissionalização da gestão administrativa da Associação revela-se hoje como algo primordial. Uma equipe perene e profissional, trabalhando sem solução de continuidade a cada dois anos, é deveras importante para a manutenção da qualidade dos serviços.

Procuramos profissionalizar a gestão do rateio de honorários, atribuindo a um escritório de contabilidade contratado o

processamento da rotina. O rateio vem apresentando valores cada vez mais expressivos, e por isso mesmo não deve prescindir da atuação de um profissional com responsabilidade técnica por seus atos.

As sucessivas mudanças de sede da filial, acompanhando as diretorias eleitas a cada dois anos, representa um sério risco operacional para a parte de Secretaria e Tesouraria. Não foram simplesmente móveis, arquivos, documentos, computadores, que estavam sendo alvo de transferência. Era a memória da Associação que estava em jogo. Acreditamos que no fim das contas conseguimos fazer uma transição sem perdas.

Hoje, nossa realidade é outra, agora que temos uma bela sede própria em Brasília. Em nosso entendimento, é hora de montarmos lá uma equipe profissional e permanente, evitando-se as traumáticas transferências de filial a cada eleição e garantindo a preservação da memória de nossa entidade, sem os riscos de constantes mudanças.

Outro momento trabalhoso foi a greve dos advogados. Por conta das inúmeras e necessárias idas a Brasília, experimentamos um significativo aumento de despesas. Mas foi também um momento que bem evidenciou a necessidade de termos uma boa reserva financeira, para sermos uma entidade com força política, e com a mobilidade necessária. As despesas da greve, com a devi-

Fernando: tratamento adequado às finanças



da vênua, revelaram-se um verdadeiro investimento da Associação em prol de um objetivo que interessava rigorosamente a todos os associados. Basta compararem seus contracheques de antes e depois do aumento salarial alcançado com a greve.

Também a campanha Arrecadar + trouxe um incremento de despesas com o consequente e notório incremento das receitas da Associação e dos associados. E trouxe um ganho ainda mais significativo e ainda pouco aquilatável, mas que no longo prazo se fará sentir. O maior ganho é a verdadeira mudança de cultura que todos nós estamos conseguindo implementar em nossa categoria, hoje muito mais consciente da necessidade de todos se dedicarem com afinco à tarefa de recuperar créditos e arrecadar honorários.

Enfim, nem sempre se agradou aos desejos de todos, o que, aliás, é de todo inviável, num grupo de quase mil advogados. Mas bem ou mal fizemos chegar às mãos de cada colega, em todos os meses de nossa gestão, aquilo que é seu de direito. Para a Tesouraria, isso significa missão cumprida."

Negociação

Estresse gratificante

A diretora de Negociação da ADVOCEF, Anna Claudia de Vasconcellos, diz que sua experiência na gestão foi das mais enriquecedoras, apesar do trabalho e estresse intenso vividos no período. "Participar desse processo de reconstrução e renovação da atuação da ADVOCEF foi gratificante", garante.

Anna salienta que houve importantes realizações nessa administração, principalmente a partir da inclusão da ADVOCEF nas mesas de negociação permanente com a CAIXA. Para a diretora, essa participação foi

essencial para os acontecimentos posteriores, passando pela inclusão da cláusula de revisão da carreira profissional no ACT 2008/2010 e culminando com a primeira greve dos advogados da CAIXA, a mais longa da história da Empresa.

Um dos objetivos ainda não alcançados, reconhece, diz respeito aos salários. E não por falta de interesse ou de empenho, mas porque é assim que funciona, explica. "Temos atrás de nós anos de inércia. Seria impossível logo na primeira luta ganharmos todas as batalhas."

Anna: não dá pra ganhar todas as batalhas



Ela acredita que a ADVOCEF, com os novos eleitos, continuará trabalhando para que os advogados fiquem ainda mais próximos de seus objetivos.

Sua recomendação para o novo diretor de Negociação da ADVOCEF: "Ouvir a todos com muita atenção, falar com muita cautela e ter a certeza de que nunca se agradecerá a todos".

Contra os abusos

O diretor de Prerrogativas da ADVOCEF, Júlio Greve, destaca na entrevista a seguir o que foi feito em sua pasta e deixa algumas sugestões para o sucessor.

ADVOCEF EM REVISTA - Que realizações destacaria em sua pasta?

JÚLIO GREVE - Destaco a apresentação pela ADVOCEF de reclamações disciplinares perante a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça contra atos autoritários e ofensas de juizes federais a colegas do quadro da CAIXA. Foi a nossa demonstração de indignação diante dos abusos cometidos por aquelas autoridades na defesa intransigente das prerrogativas dos colegas advogados atingidos no pleno exercício de suas atividades profissionais.

ADVOCEF - Um objetivo que não foi alcançado.

JÚLIO - Dentre as ações que devem merecer maior atenção destaco a luta por melhores condições de trabalho a todos os colegas, bem como ao pessoal de apoio e estagiários, lotados nas unidades jurídicas. Uma parceria mais intensa com as seccionais da OAB também deverá ser buscada, já que nossas ações conjuntas, nesse

período, foram ainda muito tímidas. Há muito espaço a ser explorado, e a OAB deve ser aliada constante na defesa das nossas prerrogativas profissionais. Além disso, temos muitos colegas, recentemente eleitos, integrando diretorias e conselhos nas seccionais regionais que muito poderão colaborar na integração ADVOCEF/OAB.

ADVOCEF - Alguma recomendação para os novos administradores da ADVOCEF?

JÚLIO - Grande número de demandas recebidas por esta Diretoria estava relacionado a denúncias de advogados contra os seus próprios gestores. Após as devidas diligências, constatou-se, na maioria dos casos, que a reclamação não tinha procedência. Nesse ponto é necessário esclarecer que a ADVOCEF existe para defender os interesses de todos os advogados do quadro da CAIXA, associados ou não, sejam eles gestores ou simplesmente advogados, do diretor jurídico ao advogado recém-admitido, a quem, indistintamente, são conferidos os mesmos direitos, bem como a garantia de defesa de suas prerrogativas profissionais pela Associação, na medida em que houver qualquer ofensa.



Júlio: reclamações contra juizes autoritários

Observo que alguns conflitos internos (nas unidades jurídicas) não podem e nem devem sofrer a interferência da ADVOCEF. Devem ser tratados pelos gestores das respectivas unidades. Outras questões conflitantes entre colegas, no entanto, entendendo, merecem a intervenção da ADVOCEF, mas não necessariamente pela Diretoria de Prerrogativas.

Uma vez instalado certo conflito, este poderia ser submetido a uma Comissão de Ética, hoje inexistente na estrutura organizacional da ADVOCEF. Propugno, então, pela sua criação.

ADVOCEF - Quer observar algo mais?

JÚLIO - O bom desempenho das competências atribuídas a esta Diretoria só foi possível graças à inestimável colaboração de todos os integrantes da Diretoria Executiva.

Comunicação

Registro e divulgação

Roberto Maia, diretor da ADVOCEF

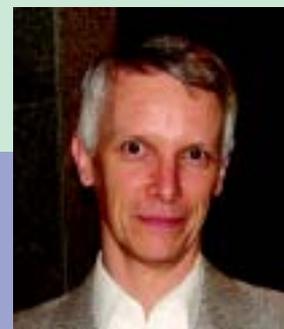
"Esta primeira gestão da Associação, com o novo formato para a Diretoria Executiva, mostrou o acerto da categoria ao alterar o Estatuto da entidade, conferindo aos seus integrantes atribuições específicas e objetivas. Sentimos uma evolução concreta na realização dos objetivos estatutários da entidade, com pessoas envolvidas e cientes das suas funções.

Tratando-se de uma primeira experiência, obviamente ficaram lacunas, muito mais em razão da ausência de paradigmas anteriores do que de inação dos seus atores. A Diretoria de Comunicação, embora muito bem estruturada desde antes dessas novidades, foi responsável pelo acompanhamento e divulgação das muitas e graves ocorrências nesta gestão.

O destaque, sem dúvida, foi para a greve histórica protagonizada pela categoria, ocasião em que a Diretoria de Comunicação foi responsável pela edição diária de boletins do movimento, carreando atenções para o site da entidade, onde todos podiam conhecer as repercussões do movimento na mídia, na Empresa e entre os bravos combatentes do vitorioso movimento.

Também a publicação mensal informativa recebeu um tratamento editorial com foco mais associativo e de verdadeiro canal de comunicação integrador das pessoas, prestando contas de forma permanente e com profundidade.

Outro ponto alto foi o privilégio de dar concretização à deliberação do Congresso de Aracaju, que aprovava a edição de uma



Roberto: o movimento na mídia e na Empresa

publicação voltada à cultura e literatura produzidas pelos trabalhadores dos Jurídicos. Um trabalho capitaneado pela ADVOCEF, que contou com a adesão de muitos colegas, culminando com a edição da primeira edição da Revista de Literatura, com elaborado projeto gráfico e um conteúdo digno da categoria que o construiu coletivamente.

Ficou a sensação, apenas, de que nosso novo site ainda carece de melhorias, que por certo serão implementadas pela nova gestão."

Palco democrático

Advogados realizam em Gramado o XVI Congresso da ADVOCEF

Os advogados da CAIXA de todo o Brasil se reúnem em Gramado (RS), entre 13 e 16 de maio de 2010, para realizar o XVI Congresso da ADVOCEF. O evento anual é sempre aguardado pelos profissionais, pela oportunidade única que oferece de concentrar os representantes da categoria para tratar de seus assuntos corporativos. Arrecadação de honorários, alterações no Estatuto e a posse da nova Diretoria são as atrações desta edição.

Mas a tradicional reunião tem outros atributos. "O mais importante é poder debater, de forma livre e direta com os demais associados, permitindo nos conhecermos pessoalmente, facilitando a troca de novas ideias em prol da Associação", explica o advogado Aldo Lins e Silva Pires, do JURIR/Recife, que participa do evento pela primeira vez.

Outra representante de Recife, Maria Carolina Monteiro Ferraz Modesto, há seis meses na CAIXA, acha que os congressos, o site, o Fórum, as revistas da ADVOCEF são instrumentos que promovem a integração dos associados, disseminando as informações, as reivindicações e as medidas adotadas nos Jurídicos. Isso, avalia ela, possibilita o aperfeiçoamento da estrutura da entidade.

O advogado Giuliano D'Andrea, ex-REJUR/Ribeirão Preto, hoje defensor público do Estado de São Paulo, sempre ouvia falar que os trabalhos nos congressos eram intensos e resultavam em relevantes decisões para a carreira. Até que confirmou pessoalmente, no Congresso de Aracaju. Giuliano, que edita com Jefferson Soares a coluna Vale a Pena Saber, desta Revista, tributa como essencial a discussão sobre estratégias de atuação dos advogados e a relação deles com a diretoria da CAIXA. Registra,



especialmente, os debates sobre o Estatuto e o Regulamento de Honorários.

Desde que entrou na CAIXA, em 2005, a advogada Claudia Elisa de Medeiros Teixeira, do JURIR/Porto Velho, não faltou a nenhum congresso. Ela julga que os eventos fortalecem a carreira e o fundamental é a possibilidade de contrabalancear opiniões divergentes, buscando o entendimento. Menciona também a troca de experiências do cotidiano de cada Jurídico, facilitada pelo convívio com os colegas no Congresso. "Há efetiva representatividade e comprometimento dos advogados", afirma.

"A cada ano percebo os advogados mais unidos", atesta a advogada Rosimeire Rocha Mcauchar, da REJUR/Juiz de Fora, que já participou de seis congressos. No primeiro em

que esteve, no Rio de Janeiro, a categoria exibiu literalmente uma "cara nova", com muitos colegas recém-admitidos, sendo inevitáveis as discussões sobre as diferenças entre novos e antigos. "Contudo, nos Congressos que se sucederam percebi que independentemente do tempo de serviço na CAIXA todos estávamos buscando uma mesma identidade. E isso só se consegue através dos Congressos."

Vicissitudes regionais

O advogado Marcelo Victor, do JURIR/Belo Horizonte, acrescenta que, além de serem palco das Assembleias, onde se decidem alterações estatutárias fundamentais, os Congressos proporcionam "o conhecimento dos colegas e das vicissitudes regionais a que estão submetidos os advogados da CAIXA".

Com a autoridade de quem participou de dez Congressos, a advogada Flávia Karrer, da REJUR/São José dos Campos, afirma que o evento mostra toda a diversidade da área jurídica, "e o aprendizado é imenso".

Nas vésperas de sua primeira participação em um Congresso da ADVOCEF, Alisson de Bom de Souza, do JURIR/Florianópolis, espera pela oportunidade de trocar experiências com colegas de todo o Brasil, "dando voz aos anseios de cada unidade jurídica da CAIXA".

É o principal fórum de debates da categoria, em que todos podem expor sua opinião e participar dos destinos da Associação, define o advogado Luciano Paiva Nogueira, do JURIR/Belo Horizonte. Ele já esteve em seis congressos, em um deles como membro da Comissão Organizadora. "Entendo que não há melhor forma de sabermos os rumos pretendidos pelos associados na conquista dos interesses da categoria."



Maria Carolina: as propostas da última AGE

Temas preferenciais

- Debater propostas que já estão em discussão
- Definir objetivamente propostas para execução
- Fazer um balanço sobre o movimento grevista
- Discutir a pauta salarial e as condições de trabalho
- Discutir a arrecadação de honorários



Rosimeire: pôr fim às "torneiras" abertas



Aldo: em seu primeiro Congresso

Luciano manda um recado aos colegas que ainda não conhecem o evento. "Somente quem comparece sabe o quanto é trabalhoso e dignificante. Costumo dizer que graças aos congressos 'não' conheço Rio Quente, Natal, Belém, Maragogi e Vitória. Mas os salões dos hotéis, estes pude conhecer a fundo!" Conta que os trabalhos, que começam normalmente às nove da manhã, mais de uma vez foram concluídos às dez da noite.

Discussões aguardadas

Maria Carolina quer ver discutidas em Gramado as propostas apresentadas na última Assembleia Geral Extraordinária. Quer saber mais sobre as rotinas de arrecadação dos honorários e sobre os mecanismos de aproximação entre Diretoria e associados da ADVOCEF.

Rosimeire Mcauchar também acha que os honorários merecem continuar em foco, pois há muitas experiências a serem trocadas para aperfeiçoar os procedimentos. Observa que é preciso identificar algumas "torneiras" que ainda estão abertas, fazendo com que os honorários migrem para contas/receitas da CAIXA.

Alisson acha que o grande desafio da ADVOCEF é definir três ou quatro objetivos principais dos associados e estabelecer qual a maneira de alcançá-los. Assim a Diretoria eleita deverá trabalhar, segundo ele, para uma execução planejada e eficiente.

Emerson Busanello, do JURIR/Curitiba, quer que a ADVOCEF intensifique o traba-

lho institucional, se aproximando de outras entidades para fortalecer os pleitos junto à classe política. Lembra que, no Congresso de Aracaju, o deputado federal José Eduardo Cardozo chamou a atenção para as frentes parlamentares, consideradas eficientes por ele na defesa de causas coletivas.

O advogado Marcelo Victor acrescenta que o deputado, presidente da Frente Parlamentar da Advocacia Pública, destacou em sua palestra o papel dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista e ofereceu sua solidariedade aos advogados da CAIXA.

Momentos inesquecíveis

O advogado Luciano Nogueira fala de um momento marcante que viveu no Congresso de Maragogi, quando presidia a mesa no momento dos debates mais acalorados. Durante várias horas, todos expuseram suas opiniões. "O mais interessante é que logo após debates tão contundentes, todos pudemos celebrar o encerramento sem nenhum tipo de ressentimento. Por isso que digo que os Congressos nos proporcionam um banho de democracia".

Um momento inesquecível para Claudia Teixeira foi vivido em Belém, em 2006, último dia do Congresso. Era um sábado, já passava das 20h e as discussões continuavam no auditório do hotel. A maioria dos voos partia às 5h, mas, durante o café da manhã, ainda se falava dos temas pendentes. "Ficamos com a sensação de que precisávamos de pelo menos mais um dia para debates."



A estrutura dos sonhos

Flávia Karrer, da REJUR/São José dos Campos

"O mais importante foi a consolidação da ADVOCEF, durante os anos em que paulatinamente fomos escrevendo cada linha de nosso Regulamento, fomos estruturando juridicamente nossos sonhos, criando item a item todas as previsões estatutárias, debatendo em plenária todos nossos direitos e deveres enquanto profissionais de primeira linha de uma das maiores empresas públicas federais deste país, que culminou com o reconhecimento por parte da CEF da obrigação em pagar nossos honorários advocatícios, seguida da regulamentação em manual normativo da Empresa."

Emerson Busanello lembra do discurso do presidente da ADVOCEF, no Congresso de Aracaju, quando a categoria estava em greve. Davi Duarte pregava a continuidade da luta, apesar do desgaste enfrentado naquele momento.

Giuliano D'Andrea recorda que o evento de Aracaju foi marcado pelas discussões sobre a

A reunificação da categoria

Luciano Paiva Nogueira, do JURIR/Belo Horizonte

"Na realidade, o que mais gostaria de ver no Congresso de Gramado é a reunificação da categoria. Passamos por momentos difíceis, como a greve no ano passado e algumas decisões quanto a alterações no Estatuto da Associação. Tenho a impressão de que tais acontecimentos trouxeram um incremento nas divergências em algumas opiniões e creio que o Congresso seria uma ótima oportunidade para que se aparem as arestas e a categoria possa voltar a ter um pensamento mais homogêneo, o que gera força."



greve inédita. "Foi um momento em que a carreira se mostrou unida, empenhada em obter vitórias para toda a classe." Observou o respeito que havia entre os colegas, inclusive em relação àqueles que decidiram não aderir ao movimento.

O movimento histórico

Para Marcelo Victor, uma decisão significativa ocorreu no Congresso de Vitória, em 2008, na Assembleia Geral Extraordinária da FeNadv. Foi a primeira vez que se falou em estado de greve entre os advogados. Da decisão resultou "o histórico movimento de 2009, amplamente debatido no Congresso seguinte, em Aracaju".

A opinião é endossada por Claudia Teixeira: "Naquele ano, os ânimos se mostravam ansiosos por mudanças. Não era possível mantermos a inércia".

Rosimeire lembra do encerramento do Congresso de Natal, quando foi dada posse aos novos dirigentes da ADVOCEF. O clima era de muita alegria e entusiasmo, após uma disputa concorrida entre duas chapas.

Para Luciano, a decisão mais expressiva talvez seja a que ocorreu em Rio Quente, em Goiás, sobre o rateio dos honorários. "Estávamos passando por um momento de instabilidade nos critérios, e desde que fixamos o novo critério em 2003 nunca mais foi alterado, apesar de a todo ano surgirem propostas de alteração."

Giuliano D'Andrea cita as decisões que buscaram equalizar o tratamento entre os advogados, sem distinção do nível ou tempo na carreira. Nesse patamar, põe também as deliberações a respeito da distribuição de honorários. "Foi através dos congressos e da participação de toda a classe que a isonomia entre os colegas foi atingida, paulatinamente."

Novo site

Aos poucos, o novo site da ADVOCEF vai mostrando suas vantagens em relação ao antigo. No entanto, alguns problemas, localizados principalmente na mudança do antigo Fórum para a Rede Social, terão que ser sanados. Segundo a ADVOCEF, o sistema funcionou bem na fase de testes, mas "um recrudescimento dos filtros aplicados pela CAIXA" prejudicou o projeto inicial. "O site foi uma das maiores preocupações da Diretoria", explica o diretor de Comunicação, Roberto Maia, recém reeleito. "Em breve tudo estará cem por cento."

União e força

No fechamento desta edição, saía o resultado das eleições na ADVOCEF, dando a vitória para a chapa União, Força e Ação, liderada pelo presidente Carlos Castro e pela vice-presidente Anna Claudia de Vasconcellos. A diferença sobre a chapa concorrente foi de quase 50% dos votos (73,33% a 25,90%).



Carlos Castro e Anna Claudia

Sapatilhas de balé



A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já foi obrigada pela Justiça a aceitar objetos inusitados como garantias de dívidas fiscais. O problema, segundo o Valor Econômico, é que até serem leiloados, os bens - roupas, chinelos, sapatilhas de balé, vacas, produtos químicos -, com pouco valor de mercado, estarão ainda mais defasados. O procurador Luiz Fernando Jucá Filho, da Procuradoria Regional da 1ª Região, quer que o órgão possa ao menos fazer doações dos materiais a programas sociais.

Processo no RJ

Instituído o processo eletrônico no Rio de Janeiro. De acordo com o Decreto nº 42.352, de 15/3/2010, será admitida a produção e o envio de documentos, processos, petições, pareceres, despachos e recursos pelo meio eletrônico, mediante assinatura digital nos padrões da ICP-Brasil. Quando houver digitalização de documentos já existentes, os originais em papel deverão ser guardados até proferida decisão irreversível. Poderá ser criado um Diário Eletrônico, para disponibilizar atos administrativos e comunicações em geral.

O presidente do TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Enrique Ricardo Lewandowski, que assumiu em 23 de abril, tem fama de metucioso e maior cumpridor das metas estabelecidas pelo CNJ para agilizar o julgamento de processos. Em 2010, recebeu o Certificado ISO 9001 na área de gestão de qualidade. É contrário ao nepotismo, à legalização do aborto e à descriminalização da maconha. Nasceu no Rio de Janeiro e tem 61 anos. Na Magistratura desde 1990, foi indicado por Lula para o Supremo em 2006.



Enrique Ricardo Lewandowski

Governo que legisla

1. O governo federal foi autor de 80% das matérias aprovadas no Congresso entre janeiro de 1995 e dezembro de 2009, informa o jornalista Eduardo Militão, do site Congresso em Foco. Por outro lado, em março deste ano apenas 81 dos 2.472 projetos de lei (3,3%) que esperavam votação eram de iniciativa do Executivo. Somente 14



Palácio do Planalto, em Brasília

proposições eram de autoria dos tribunais e do Ministério Público. O restante das matérias paradas nas gavetas - 2.377 ou 96,2% - era de iniciativa de deputados e senadores.

2. "Se o Executivo tem tanto protagonismo na produção de leis, projetos do Legislativo ficam todos na fila", comentou o coordenador do estudo da USP e doutor em Ciência Política, José Álvaro Moisés. "A função do Congresso, que é apresentar leis, não é exercida", acrescenta. Entre as causas que retardam a pauta de votações estão as prerrogativas dadas pela Constituição de 1988, como as medidas provisórias e os regimes de urgência nos projetos.

Advogados públicos

1. No início do ano, o CNJ determinou a exoneração de cinco filhos de desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, servidores concursados ocupantes de cargos em comissão.

O TJ-DF contratou um escritório de advocacia para representá-lo em um recurso no Supremo.

A AGU contestou a atuação do advogado particular e nomeou um "ad hoc" para representar o tribunal. Por enquanto, uma liminar permite que os parentes dos juizes permaneçam em suas funções.



2. O caso foi citado pela revista Consultor Jurídico, com informações do Correio Braziliense, para ilustrar a "guerra de bastidores" existente entre a AGU e os tribunais do país. A AGU

sustenta que a defesa dos tribunais na Justiça é papel dos advogados públicos, conforme decisão do STF em fins de 2009. Para atuar nos processos em que as duas partes são compostas de órgãos públicos, foi instituído o "advogado ad hoc", profissional concursado da AGU designado para "um fim específico" de representar a parte no processo.

Quem mandava

Informação da jornalista Leticia Lins, em O Globo de 28/4: "O Tribunal de Justiça de Pernambuco afastou o juiz José Francisco de Almeida da comarca de São José do Egito, onde a mulher dele, Maria do Socorro Almeida, mesmo sem ser magistrada, era quem dava as cartas no fórum. Segundo a Corregedoria do TJ-PE, a mulher interferia indevidamente em atos judiciais, chegando inclusive a arbitrar valor de pensões alimentícias. Ele é acusado de ter permitido 'usurpação de função jurisdicional' e 'ingerência' indevida da companheira nos assuntos internos da Justiça".

As novas varas

1. A Resolução 102, publicada em 20 de abril, definiu os municípios onde serão instaladas as 230 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. O cronograma prevê 46 varas por ano, até 2014. Em 2010, serão instaladas 19 varas na 1ª Região; cinco na 2ª; nove na 3ª; três na 4ª; e dez na 5ª.

Das novas varas, 71% estarão em municípios do interior e 29% nas capitais.

Serão beneficiados 59 municípios do interior, em todo o país, que ainda não possuíam vara federal.



2. Confira os totais de varas: 1ª Região, 94; 2ª Região, 25; 3ª Região, 43; 4ª Região, 20; 5ª Região, 48.

Hoje, a Justiça Federal possui 743 varas instaladas, onde atuam 1.343 juizes federais e há 143 cargos de juiz vagos. Quando estiver concluída a instalação e providos todos os cargos de juiz, os números subirão para 973 varas federais e 1.946 juizes federais.

3. Segundo o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, seria necessário, no mínimo, o dobro de varas para atender a carência, "mas foi o possível dentro do critério da racionalidade e razoabilidade". (Fonte: Conselho da Justiça Federal.)

Primeira advogada

A advogada Maria Regina Fonseca Nova Alves tomou posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 19 de abril. É a primeira mulher a integrar o TJ na vaga destinada à OAB-RJ pelo Quinto Constitucional. Especialista em Direito de Família, Maria Regina advoga há 34 anos. Queria ser advogada desde criança, ingressou na faculdade aos 17 anos e se formou aos 22 anos. "Estou aqui hoje realizando um segundo desejo profissional, que é o de me integrar a esta Casa", discursou.

Evento em Vitória



Nos dias 21 a 24 de junho acontecerão em Vitória (ES) as VIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Serão abordadas as recentes reformas e o projeto do novo Código de Processo Civil. As inscrições já podem ser feitas no site www.direitoprocessual.org.br.

Profissionais pagam R\$ 690,00 e estudantes de Direito matriculados em 2010, R\$ 390,00. O evento prevê quatro módulos: O processo civil nos tribunais superiores, O processo civil aplicado na Justiça do Trabalho, A Fazenda Pública em juízo e O processo civil aplicado na Justiça Eleitoral.

Dissolução irregular

"Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente". É o que determina a Súmula nº 435, editada pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Jurisprudência

A polêmica sobre a incidência da multa do artigo 475-J do Código de Processo Civil

Com a introdução do artigo 475-J no Código de Processo Civil muito se discutiu sobre o momento em que incidiria a multa de 10% no caso de não cumprimento do julgado (*dies a quo*), o que parece ter chegado ao fim com o recente julgamento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

Dierle Nunes, em artigo publicado no sítio da Consultor Jurídico ("*Aplicação de multa deve ser feita a partir da intimação*", disponível em: <http://www.conjur.com.br>, acesso em: 30/abr/2010), nos mostra resumidamente quais as teorias existentes para definir esse *dies a quo*:

a) que a multa se aplicaria a partir do momento em que a decisão fosse executável, o que permitiria a sua aplicação mesmo em execuções provisórias, quando, por exemplo, o recurso interposto fosse admitido sem o efeito suspensivo;

b) que a multa incidiria a partir do trânsito em julgado da decisão, na instância (originária ou recursal) que a tramitação processual se encontre, mesmo que os autos estejam nos órgãos Superiores;

c) que a multa incidiria a partir do trânsito em julgado da decisão, mas, para tanto os autos do procedimento deveriam retornar para a instância originária, para facilitar o acesso aos cálculos pelas partes envolvidas, especialmente a devedora que deverá adimplir a obrigação;

d) que a multa incidiria a partir da intimação (específica de cumprimento do devedor) do trânsito em julgado da decisão na pessoa de seu patrono (advogado), sendo desnecessária a intimação pessoal do devedor;

e) que a multa incidiria a partir da intimação pessoal do devedor do trânsito em julgado da decisão, sendo ainda necessário, para alguns, que o requerimento de intimação antecederesse preferentemente a interposição do requerimento de cumprimento, com o fim de que na memória de cálculo já constasse a multa de 10% pelo inadimplemento no prazo legal de 15 dias.

Assim, como foi noticiado no informativo n.º 429 do Superior Tribunal de Justiça, "a referida intimação deve ser feita na pessoa do advogado, após o trânsito em julgado, eventual baixa dos autos ao juízo de origem, e a oposição do 'cumpra-se'; pois só após se iniciaria o prazo de quinze dias para a imposição da multa em caso de não pagamento espontâneo, tal como previsto no referido dispositivo de lei". (STJ, REsp 940.274-MS, Corte Especial, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/abr/2010).

Desse modo, a partir de agora deve prevalecer a tese de que a multa só incidirá após o trânsito em julgado e de intimação específica na pessoa do advogado para cumprimento da decisão, o que em nosso entender é o mais correto.

Doutrina

Breve reflexão sobre a assistência judiciária gratuita

"Assistência Judiciária. É, sem dúvida, relevante a expressão que ditou este preceito. Justo e necessário é que aos necessitados se assegure assistência para a defesa de seus interesses em juízo." (Manuel Gonçalves Ferreira Filho, Comentários à Constituição Brasileira de 1988, v. 1, p. 85.). E só; logo, aquele que tem condições de arcar com as custas do processo deve ser responsabilizado por tal. Essa questão não é simples, visto que o conceito jurídico de pobre não é dado pela lei, cabendo ao magistrado perquirir se o postulante faz jus efetivamente a essa excepcional benesse, sob pena de descrédito e da concessão de uma demanda sem riscos para o suposto "pobre".

Há de se fazer uma observação: a expressão "assistência judiciária gratuita" é utilizada em dois sentidos diferentes. Um, a assistência judiciária gratuita propriamente dita, que proporciona o acesso à justiça, a possibilidade de intentar demandas judiciais sem custo (é a obrigação do Estado de disponibilizar profissional para que atue em favor do necessitado). O outro diz respeito à concessão da Justiça Gratuita, que é a promoção de demanda judicial livre do pagamento das custas judiciais, das despesas do processo, do ônus da sucumbência.

É certo que a simples declaração de pobreza feita com base na Lei n.º 1.060/50 é aceita em sua maioria das vezes pelos tribunais, até porque seu art. 4º exige apenas a "simples afirmação" de pobreza. Porém, o ideal seria que além desse documento houvesse uma demonstração efetiva de que o postulante não tem condições reais de arcar com as custas do processo movido

contra ou por ele. Aliás, essa exigência aparece explícita no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal (LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que **comprovarem** insuficiência de recursos). Desse modo, estaria assegurado o direito a quem verdadeiramente necessita, negando-o para aqueles que buscam uma demanda sem riscos sob o manto da Justiça Gratuita. É essa a nova tendência que se vê. Nesse sentido: "Apelação - Impugnação à concessão do benefício da assistência judiciária - Não basta somente a declaração de miserabilidade, deve o pedido vir acompanhado de documentos bastantes que comprovem a situação de hipossuficiência financeira - Recolhimento das custas processuais no prazo de 5 dias, sob pena de inscrição da dívida - Recurso improvido." (TJSP, AC n.º 991.07.030965-0, Comarca de São Paulo, 19ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mauro Conti Machado, julgado em 23/mar/2010).

Outro não foi o entendimento exarado em decisão monocrática do Des. Johnsons di Salvo, do Tribunal Regional Federal da 3.º Região, *in verbis*: "O recorrente não preparou o recurso, mas requereu os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da Lei n.º 1.060/50. Indeferido-a. A gratuidade é pra quem dela precisa. O recorrente é engenheiro, tem advogado constituído e ainda indicou assistente técnico contábil de sua confiança. Não merece a benesse. Recolha o preparo em cinco (05) dias, sob pena de ser negado seguimento ao agravo." (TRF 3, AI 0008576-11.2010.4.03.0000, Primeira Turma, Rel. Des. Johnsons di Salvo, DJe 15/abr/2010).



Decisão Contrária

Depósito judicial. Caixa. Juros. Necessidade de autorização judicial para estorno. STJ

- "1. A instituição financeira depositária não pode efetuar, *sponte propria*, estornos ou retiradas de qualquer natureza do montante depositado judicialmente sem autorização prévia do juízo da causa, ainda que se tratem de juros indevidamente creditados. 2. A Lei 9.289/96, o Decreto-Lei 1.737/79 e a Súmula 257/TFR afastam a incidência de juros sobre os depósitos judiciais efetuados junto à Caixa Econômica Federal (...). 3. Deveras, é certo que o estorno dos juros indevidamente creditados deveria ter sido efetuado sob a supervisão do juízo da causa. Contudo, o juízo a quo encampou o estorno efetuado *sponte propria* pela CEF, revelando-se, portanto, desnecessário o retorno ao *status quo* ante para se chegar ao mesmo resultado consentâneo com a não incidência de juros sobre o depósito judicial. 4. Recurso especial desprovido." (STJ, REsp 894.749 SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 26/abr/2010).



Rápidas

Danos Morais. Ofensa à parte. Responsabilidade do advogado. STJ

- "O banco foi condenado a pagar indenização por danos morais, porque seu advogado, ao contestar ação declaratória, utilizou expressão injuriosa (adágio popular), ofendendo a honra do autor (recorrido). Para o Min. Relator, invocando recente precedente, o banco é parte ilegítima para figurar na ação em que se discute a responsabilidade de seu advogado por ofensas irrogadas em juízo, não se alterando o quadro em face da existência de relação de emprego entre a parte e o causídico. Isso porque o mandato ao advogado transfere poderes para representar o banco em juízo e defendê-lo, mas não lhe outorga poderes para agir de má-fé, abusar ou ofender a honra e a dignidade de quem quer que seja. Assim, o advogado responde pelos danos que causar no exercício profissional. Com esse entendimento, a Turma, com ressalva do ponto de vista do Min. Luis Felipe Salomão, deu provimento ao recurso do banco." (STJ, REsp 1.048.970 MA, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 15/abr/2010).

Audiência. Conciliação. Advogado. Revelia. STJ

- 1. Os atos processuais devem ser praticados por advogados devidamente habilitados, sob pena de serem considerados inexistentes, nos termos do parágrafo do art. 37 do Código de Processo Civil. A não apresentação de defesa por advogado acarreta os efeitos do art. 319 do Estatuto Processual Civil. 2. A presença do patrono da parte ré é imprescindível na audiência de conciliação do procedimento sumário, uma vez que nesse momento processual será oportunizada a prática de atos defensivos e outros relativos à produção de prova, os quais jamais podem ser realizados pela própria parte, mas, sim, por intermédio de seu causídico. 3. Conquanto o réu tenha comparecido a audiência conciliatória, a defesa em juízo deve ser praticada por defensor regularmente habilitado, circunstância que não se verifica na espécie, motivo pelo qual se evidencia o acerto do *decisum* atacado, pois a apresentação de contestação por pessoa sem capacidade postulatória, ocasiona a inexistência do ato e, por conseguinte, a revelia." (STJ, REsp 336.848 DF, Rel. Min. Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe 16/abr/2010).



Leitura

Manual de Direito das Famílias

Autora: Maria Berenice Dias.

Editora: RT. Páginas: 672.

Nessa obra, a renomada autora, de maneira didática e objetiva, faz uma leitura moderna e crítica do atual Código Civil, trazendo uma apresentação diferenciada dos temas convencionais, com assuntos que normalmente não aparecem no Direito de Família, entre os quais famílias plurais, situação legal da mulher e dano moral. Faz, ainda, referências às posições divergentes da doutrina e às orientações jurisprudenciais distintas, sempre colocando seu ponto de vista nas questões que geram maior polêmica. A 6ª edição está atualizada com todas as leis alteradoras pertinentes editadas em 2009 e contém comentários à Lei n.º 12.010/2009 (Lei Nacional da Adoção) e à PEC n.º 28/09, a chamada PEC do Divórcio, que está em vias de ser aprovada.

Loteria. Prêmio. Bilhete. Literalidade. Título ao portador. STJ

- "2. Em se tratando de aposta em loteria, com bilhete não nominativo, mostra-se irrelevante a perquirição acerca do propósito do autor, tampouco se a aposta foi realizada neste ou naquele dia, tendo em vista que o que deve nortear o pagamento de prêmios de loterias federais, em casos tais, é a literalidade do bilhete, eis que ostenta este características de título ao portador. 3. É que o bilhete premiado veicula um direito autônomo, cuja obrigação se incorpora no próprio documento, podendo ser transferido por simples tradição, característica que torna irrelevante a discussão acerca das circunstâncias em que se aperfeiçoou a aposta. (STJ, REsp 902.158 RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Terceira Turma, DJe 26/abr/2010).

Execução hipotecária. Prazo para Embargos. STJ

- "O prazo para a interposição de embargos à execução hipotecária submetida aos ditames da Lei n. 5.741/1971, diversamente do que consta de seu art. 5º, inicia-se da juntada aos autos da execução do mandado ou da carta precatória de intimação de ambos os cônjuges (art. 738, § 1º, do CPC). Nessa hipótese, o prazo para embargos do devedor é de 15 dias, tal qual determina o CPC para idêntico instrumento processual. Anote-se, por último, que a Corte Especial já se posicionou pela não suspensão dessa execução hipotecária atacada pelos embargos." (STJ, REsp 840.730 SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 13/abr/2010 e publicado no DJe em 22/abr/2010).

ELABORAÇÃO

Jefferson Douglas Soares (jefferson.soares@adv.oabsp.org.br)
e Giuliano D'Andrea (giuliano.dandrea@terra.com.br).

COLABOROU: Ítalo Sérgio Pinto, da REJUR São José dos Campos.

Sugestões dos colegas são bem-vindas.

Mundo de contrastes

As cores, os sons e as surpresas da Terra Prometida

Henrique Chagas (*)

Israel, a Terra Santa, um país de infinitos caminhos, é um mundo de surpresas, um mundo de cores, sons, odores e de climas contrastantes. Na verdade, em Israel, você se depara com uma profusão de contrastes.

Viajar pelo Estado de Israel é peregrinar por cenários bíblicos, é realizar uma homérica viagem pelo tempo, atravessando caminhos de enorme complexidade étnica, religiosa, política e social, que culminam numa convivência pacífica, ainda que sob forte tensão. Simplesmente porque em Israel tudo é de capital importância para as três maiores religiões monoteístas existentes.

Neste janeiro de 2010, aventuramos numa viagem distinta de qualquer outra, não apenas por ter a oportunidade de visitar um lugar turístico, mas porque nos prontificamos a buscar por algo invencível, algo espiritual, algo que pertence ao sagrado, facilmente detectável nos mais diversos lugares.

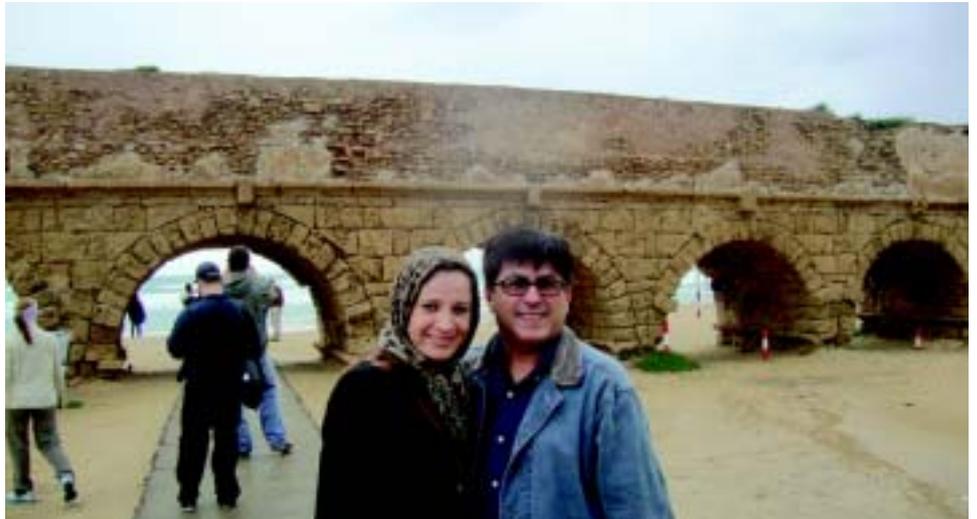
Da velha Jerusalém à moderna Tel Aviv, das costas do Mar Mediterrâneo ao insondável Deserto do Neguev, do Mar da Galileia aos seus férteis vales, das praias do Mar Vermelho às profundidades do Mar Morto (o ponto mais baixo do planeta), da alta tecnologia de Haifa e seus jardins persas ao mercado árabe de Jerusalém, do passado ao presente; em duas palavras: Israel é a terra prometida.

Dias de chuva em Tel Aviv

Nem bem colocamos os pés na rua em Tel Aviv, caiu sobre a cidade uma chuva imensa, não muito diferente do que ocorreu por aqui neste mês de janeiro: chuvas



| Explorando o sítio arqueológico de Qumran, onde foram encontrados os famosos pergaminhos do Mar Morto



| Henrique, com a esposa Alessandra, no aqueduto construído por Herodes em Cesareia Marítima, junto ao Mar Mediterrâneo

diárias. O avião da El Al pousou no aeroporto Ben Gurion no início da tarde, depois de treze horas de voo direto de Guarulhos a Tel Aviv; depois dos procedimentos de segurança, imigração e controle de passaportes, o receptivo nos levou ao hotel no centro da cidade, bem próximo à praia - imaginamos como serão as praias do Mediterrâneo no próximo verão! - lindas praias. Largamos as malas no hotel e corremos para a Rua Allembly; claro, para o movimentado mercado Carmel. Primeira compra em Israel: um guarda-chuva por trintas shekels, aproximadamente quinze reais.

Como é sabido, a chuva, a água tem significado especial, especialmente quando se chega a um lugar. Meu pai dizia que as melhores mudanças ocorrem em dias de chuva, coisas do meu pai. Chegamos a Israel num dia de chuva, que metaforicamente nos purifica, nos coloca no país, nos batiza para a temporada que temos pela frente, da moderna cidade de Tel Aviv à sonhada e encantadora cidade de Jerusalém.

A chuva não nos impediu nos dois dias que estivemos em Tel Aviv que conhecêssemos os seus pontos turísticos interessantes. O Mercado Carmel, na Allembly, impressionou-nos pela quantidade e pela qualidade

de das frutas, verduras e legumes. Acredite, um país com um clima árido e desértico produz frutas deliciosas e coloridas. Pelas estradas se percebe a quantidade de plantações de flores e frutos cobertas por plásticos brancos, inclusive inúmeros bananais, tudo irrigado com mangueiras perfuradas que gotejam água continuamente, uma especialidade da agricultura israelense.

Em Tel Aviv, num momento de trégua da chuva, conhecemos o sítio arqueológico de Yafo (Jafa), uma cidade de quatro mil anos, de histórica importância para o mundo cristão. Foi em Jafa que o apóstolo Pedro teve a visão para que se dirigisse ao encontro de Cornelius, um gentio romano, em Cesareia, alguns quilômetros ao norte. As primeiras comunidades, até então restritas ao Judaísmo, se abriram para receber os gentios; Cornelius foi o primeiro gentio a se converter aos ensinamentos de Jesus transmitidos por Pedro.

De Tel Aviv rumamos para o norte, até a divisa com o Líbano. Passamos por Netânia, pelo sítio arqueológico de Cesareia Marítima, construído por Herodes no início da nossa era; passamos por Haifa, por Akko, e, antes de chegarmos ao kibutz Hagoshirim, onde pernoitamos, passamos por Safed, a cidade-berço da cabala.

Safed - o berço da cabala

Depois que assisti ao filme "Segredos íntimos", do israelense Avi Neshet, fiquei ansioso por conhecer Safed, onde o filme foi rodado. Não tive a oportunidade de conhecer a cidade na primeira vez que estive em Israel (1997). Desta vez a incluí no roteiro em razão dos encantos, da filosofia e do misticismo judaico que desperta.

Entre as montanhas da Galileia, Safed proporciona magníficas paisagens: ao leste está Golã, ao norte o Monte Hermon e o Líbano e ao sul Tiberíades e Kinneret (Mar da Galileia).

Por um longo tempo, Safed foi mantida em segredo, até mesmo para a maior parte dos israelitas. No entanto, Safed desempenha um papel importante no estudo da redenção final. Muitos judeus creem que o Messias partirá de Safed para seu caminho até Jerusalém. Dizem que até que o Terceiro Templo seja construído, o Shekinah (Deus manifesto da Presença) pertence a Safed.

Afastada de Jerusalém e Tel Aviv, Safed é pouco conhecida pelos turistas que visitam o país, mas é historicamente importante para o judaísmo. Com Jerusalém, Hebron e Tiberias, Safed é uma das quatro cidades sagradas de Eretz Israel.

Na cidade velha, o bairro dos artistas, onde inúmeros pintores e escultores residem, trabalham e expõem, é uma atração turística à parte, com suas galerias e exposições. O velho bairro judeu constituído por vielas estreitas revela galerias de artistas, estúdios de estudo da cabala e pequenas lojas para venda de objetos judaicos. Em Safed, eventualmente o visitante pode cruzar com algu-



No último dia da viagem, após visita ao Muro das Lamentações

ma celebridade neoconvertida ao estudo da cabala, como Madona. Não foi o nosso caso.

Pela região da Galileia

No norte, pernoitamos no kibutz Hagoshirim, muito próximo à fronteira com o Líbano. Tivemos a oportunidade de conhecer os costumes dos kibutzim, com seu regime neossocialista. Logo cedo, no dia seguinte, já sabíamos que pernoitaríamos em Jerusalém. Visitamos, a caminho de Jerusalém, vários lugares onde Jesus viveu, andou, curou e pregou, como Cafarnaum, Betsaida, Magdala e Tiberias.

Do Monte das Bem-Aventuranças a Jerusalém

No local do Sermão da Montanha está um Santuário com vistas para o Mar da Galileia, numa encosta muito próxima da Igreja da Multiplicação dos Pães e Peixes, um pouco acima da estrada que nos leva a Cafarnaum, a cidade de Jesus.

O lindo Santuário foi construído com pedras de cores contrastantes: de calcário brancas e de basalto negras, com pórti-

cos arqueados em seus quatro lados. Sobressai a cúpula octogonal erguendo-se sobre a capela principal.

Por ser o início da nossa caminhada rumo a Jerusalém, fomos tomados pela emoção. Impossível não se emocionar no lugar onde Jesus pregou o Sermão da Montanha. É como se voltássemos no tempo e ouvíssemos as palavras do Mestre.

Rio Jordão

O Rio Jordão é um importante rio da Terra Santa, fazendo a fronteira natural entre Israel e Jordânia. Jordão significa aquele que desce ou também lugar onde se desce. Descendo das montanhas por aproximadamente 112 quilômetros, o rio deságua no Mar Morto. É um rio raso e estreito, varia de um a três metros de profundidade e mantém uma largura média de trinta metros.

Por incrível que pareça, o rio se encontra abaixo do nível do mar, na maior parte do seu curso, chegando aos 390 metros abaixo deste nível ao desembocar no Mar Morto. No seu final, ele corre entre margens totalmente desérticas.

Afinal, o que tem de importante este minguado rio? O povo de Israel atravessou o rio a seco, segundo o Livro de Josué (cap.3), e também foi atravessado a seco pelos profetas Elias e Eliseu. Por intermédio de Eliseu, segundo a Bíblia, houve dois milagres no Rio Jordão: a cura de Naman por ter mergulhado sete vezes no rio; e fez flutuar um machado (II Reis 5:14, 6:6) perdido que deveria ser devolvido ao seu dono.

(*) Advogado da CAIXA em Presidente Prudente/SP.



Numa sinagoga em Safed, junto à sagrada Tora



Vista de Tel Aviv, a partir de Jaffa, cidade antiga

De acordo com a lei

Presidente da OAB alerta para os prejuízos da advocacia

No ato de posse do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, em 23 de abril, o presidente da OAB, Ophir Cavalcante destacou a importância de um Judiciário forte para a defesa e consolidação da democracia. Por outro lado, alertou contra o "voluntarismo judicial que atenta contra direitos fundamentais básicos e, por tabela, contra as prerrogativas dos advogados - prerrogativas que, tenho o cuidado de destacar, não são privilégios mas direitos definidos em lei".

Ophir criticou os magistrados que não cumprem o dever legal de morar nas Comarcas ("para onde se dirigem em alguns dias da semana, mais parecendo meros visitantes") e os que até hoje não dispensam tratamento urbano aos advogados.

"Há magistrados que convidam advogados a se retirarem das salas de audiência. Há magistrados que só recebem advogados em horários preestabelecidos, inclusive com fichas de inscrição. Há magistrados que che-



| Ophir: os juizes e os advogados

gam atrasados às audiências. Há magistrados que não permitem que advogados retirem autos do cartório. Há magistrados que desconhecem o princípio constitucional da razoável duração do processo", afirmou.

Abuso de autoridade

Ophir salientou que, embora não generalizados, esses procedimentos "denigrem, afrontam, humilham e prejudicam de for-

ma contundente o livre e sagrado exercício da defesa, em detrimento da atividade profissional e da cidadania. O abuso de autoridade cometido contra o advogado no exercício profissional é um atentado contra a própria Constituição Federal".

O presidente louvou, no ministro Gilmar Mendes, o mérito de "neutralizar boa parte do furor populista de uma polícia pirotécnica e de uma justiça 'injusta e falha', e de fortalecer o conceito da 'justiça justa', aplicada a todos, indistintamente, com celeridade e eficiência, baseada nos preceitos do Estado democrático de direito".

Encerrou seu discurso destacando que o perfil do novo presidente do STF, ministro Cezar Peluso, "se ajusta aos desafios da nova realidade nacional, desafios de um Brasil que irá exigir do Judiciário uma atenção especial para as demandas em praticamente todos os campos da vida política e institucional".

Isenção de anuidade

Advogados da CAIXA querem alterar norma da OAB

O Conselho Federal da OAB rejeitou proposta encaminhada pelo advogado José Antonio Martins Lacerda, da GEATS/SUTEN, de concessão de isenção da anuidade para estagiários inscritos no órgão e oriundos do Prouni (Programa Universidade para Todos). Subscrita pelo diretor de Prerrogativas da ADVOCEF, Júlio Greve, e pelo advogado Ubiraci Moreira Lisboa, do JURIR/Brasília, a proposição foi justificada pela situação de baixa renda dos estagiários da CAIXA, que não podem arcar com as despesas da anuidade.

O argumento de que, sem a licença, os estagiários não podem exercer plenamente suas atividades, sensibilizou o conselheiro da Seccional da OAB em Brasília, Délio Lins e Silva Júnior, que



| Lacerda: buscar o apoio da UNE

converteu o pedido em diligência e a remeteu ao Conselho Federal, requerendo a isenção com abrangência em todo o país.

Mesmo com a rejeição da proposta, com base no Provimento nº 111/2006, os advogados da CAIXA não desistem. José Lacerda pretende visitar o Conselho Federal para conhecer os fundamentos da decisão e tentar convencer a Diretoria Executiva a reformular a norma. Considerando a acolhida favorável da causa pela OAB/DF, Lacerda pretende levar o assunto a outras entidades, como a UNE (União Nacional dos Estudantes). "Se pudermos contar com o apoio da ADVOCEF, será de grande valia", diz o advogado.

Posse no Supremo

Na troca de presidentes, também a mudança de estilos

Tomou posse em 23 de abril o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso. Na Vice-Presidência, assumiu o ministro Ayres Britto.

Com 67 anos, nascido em Bragança Paulista (SP), Peluso tem especialização em Direito Civil e em Filosofia do Direito na USP. Juiz desde 1967, atuou como desembargador do Tribunal de Justiça paulista e foi para o Supremo em 2003, indicado pelo presidente Lula.

Posicionou-se contra o refúgio político concedido ao ex-ativista italiano Cesare Battisti, pela redução das férias da magistratura de 60 para 30 dias e contra os interrogatórios por videoconferência.

Com a substituição na presidência do STF, muda também o estilo. Na definição da analista Eliane Catanhêde, Gilmar é um ministro "para fora": fala, questiona, se expõe, compra brigas. Peluso é considerado "para dentro": estuda, reflete, cala, compõe. Segundo a jornalista, o mais provável é que Peluso prefira ficar no plenário, com seus livros e seu saber jurídico. Ao contrário de Gilmar, que preferia a linha de frente, abrindo polêmicas.

O presidente que sai

A despedida de Gilmar Mendes da presidência do STF aconteceu na sessão plenária de 22 de abril. Fazendo um balanço, disse que em 2008 tramitaram pela Justiça brasileira 70 milhões de processos. Em 2009, é provável que o número tenha chegado a 80 milhões de processos. Destacando a sobrecarga do Judiciário, lembrou que os Juizados Especiais Federais, cria-

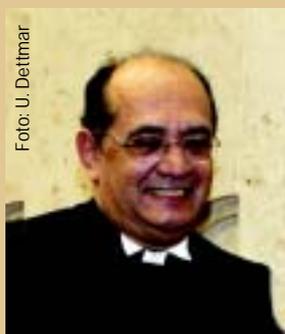


Foto: U. Dettmar

Gilmar Mendes: chamou de canalhice o que era mesmo

dos em 2002, têm mais de 2,5 milhões de processos.

No Conselho Nacional de Justiça, combateu o nepotismo, lançou o mutirão carcerário, libertando 20 mil presos detidos irregularmente.

Gilmar garante que não entrará para a política. "Estou encerrando um ciclo da minha vida judicial, mas continuarei no STF. Volto para a bancada para contribuir com o debate doutrinário", disse à Folha de S. Paulo.

Sobre seu estilo, explicou: "Chamei de canalhice o que era uma canalhice. Às vezes a gente tem de fazer advertência e não se lamentar pela inação ou se manifestar em necrológio".

"A Justiça é cega, surda e muda, mas de mudo Gilmar Mendes não tem nada", definiu a jornalista Eliane Catanhêde.

O presidente que assume

Em seu discurso, Cezar Peluso falou "da imensa honra de chegar, pela via sempre compensadora do trabalho, ao mais elevado posto que transcende uma carreira eleita há mais de quatro décadas como projeto de toda uma vida".

Disse que o povo recorre ao Supremo em casos como o aborto, a eutanásia, as

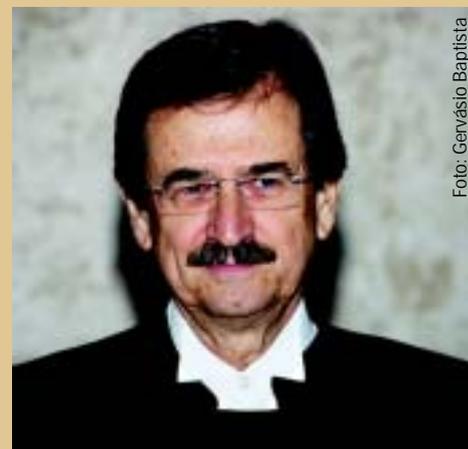


Foto: Gervásio Baptista

Cezar Peluso: estuda, reflete, cala, compõe

cotas raciais, a união de homossexuais e tantas outras da "subjetividade humana". Daí, "não pode a sociedade, irredutivelmente dividida nas suas crenças, pedir-nos a esta Casa soluções peregrinas que satisfaçam todas as expectativas e reconcilie todas as consciências". Disse que o compromisso do Tribunal "é renovar o ato de fé na supremacia da legalidade democrática, na valência de uma ordem jurídica justa e nos grandes ideais humanitários".

"A liberdade é o princípio supremo de todas as leis", disse o ministro, e encerrou citando os versos de Cecília Meirelles:

*"Liberdade
Essa palavra que o sonho humano alimenta
E não há ninguém que a explique
E ninguém que não entenda."*

O que pensam dele

Confira algumas opiniões sobre Cezar Peluso.

O colega Marco Aurélio elogiou o discurso de Cezar Peluso, especialmente no ponto em que mostrou "que nem todos os juizes são salafários e que o Judiciário é um bastião da República". O ministro disse que o CNJ deve se dedicar ao planejamento e gestão e não agir como "uma grande corregedoria". "Não podemos desacreditar os juizes frente aos jurisdicionados", disse.



Foto: Gil Ferreira

Marco Aurélio: nem todos são salafários

O conselheiro do CNJ Marcelo Nobre atestou: "Ele é duro quando tem de ser, mas é conciliador quando necessário".

O advogado Pierpaolo Bottini, ex-secretário da Reforma do Judiciário, aposta que o impacto maior na administração de Peluso será no CNJ. "A atuação deverá ser mais focada em planejamento judiciário e informatização e menos em mutirões carcerários."

(Fonte: Consultor Jurídico.)

O que vale é a viagem

Advogado se aposenta, mas segue advogando e escrevendo

O que vale na vida é a viagem, filosofa o advogado Jayme Lima, que se aposentou em 1º/4/2010, após 37 anos de trabalho, 24 deles cumpridos no JURIR/Curitiba. Ressaltando que, no seu caso, um "desvio" em 1986 o levou do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação) à CAIXA, que o recebeu "de braços abertos", junto com outros colegas, "como filhos aprovados em seus concursos".

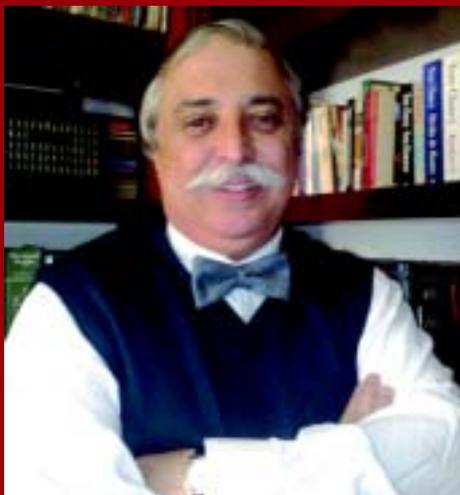
Ao fim do percurso, diz que tudo valeu a pena, inclusive ter sido cedido à Prefeitura de Curitiba (secretário legislativo de 1993 a 1996), ao Governo do Estado do Paraná (chefe de gabinete e diretor geral da Secretaria do Planejamento) e ter trabalhado como técnico do Banco Mundial. "A lei é sábia, e 35 anos é um longo tempo, a rotina se torna desgastante e, sobretudo, começamos a desconfiar de nossa capacidade de descobrir que há vida fora da CAIXA."

Jayme atuou basicamente na área consultiva. Além de advogado, é formado em Ciências Políticas com mestrado em Marketing pela FAE/PUC/PR e especialização na Universidade de Chicago/USA. Especialista pela ENHAB-Rio em Direito Imobiliário, lembra que praticamente viu nascer o crédito imobiliário no Brasil.

Nota que a CAIXA nesse tempo tornou-se um gigante financeiro e popular. "Pena que seja manejada de forma política, daí os lucros serem menores que os de outras instituições." Lamenta também episódios como a quebra do sigilo do caseiro e o direcionamento de recursos para alguns Estados. "Mas a CAIXA é a CAIXA, ou seja, um retrato do Brasil."

Tipos inesquecíveis

Jayme relata que os melhores momentos da advocacia da CAIXA foram no tempo do diretor jurídico Antônio Pádua e do gerente jurídico de Curitiba Dílson Pereira. "Depois a coisa desandou." Avalia como "muito ruim" o período de Fernando Henrique, em termos de carreira e salários, mas frisa que o atual "é muito pior, porque não há defesa da categoria no seio da instituição". Crítica a direção jurídica, que, com um início participativo e promissor, depois se afastou da categoria, "encastelaram-se na ilha da fantasia que é Brasília".



Jayme: a CAIXA é o retrato do Brasil

Entre seus "tipos inesquecíveis", Jayme cita os advogados Ademir Cleto, "meu professor na CAIXA", Neusa Gruber, "uma profissional superqualificada", Meister, "um colega fabuloso que tivemos em Curitiba", e Antônio Dílson, "um paizão e um grande gerente".

Considera que a ADVOCEF é uma das maiores conquistas dos advogados da CAIXA, mas que ainda é preciso avançar muito. "É preciso união de todos os associados em prol de objetivos claros e definidos, sem picuinhas, avarezas ou ações estúpidas." Reivindica um plano de carreira digno, salários compatíveis com as demais carreiras similares e pelo fim do *turn over*, "já que somos os maiores treinadores de advogados para outras instituições".

Planos para a nova etapa

Além de um escritório de advocacia, que atua na área de contratos de importação e exportação de seguros internacionais, é sócio de uma incorporadora em Florianópolis, estuda assumir a direção comercial de uma fábrica de motores elétricos e espera continuar a escrever. Afinal, se não fosse advogado, revela que seria jornalista e escritor *full time*.

Mesmo afastado da CAIXA, quer continuar a colaborar com a ADVOCEF, "o único link capaz de promover um elo duradouro entre a administração e a categoria, trabalhando de forma diplomática e eficaz".

Em mensagem interna aos colegas, Jayme confessou que seu amor à CAIXA não foi correspondido. Encontrou no caminho "gestores de plantão que não absorveram ou não quiseram entender a importância dos advogados para a instituição".

Definiu sua trajetória política: "Fiz greve, busquei a união da categoria e muito antes já somava com outros companheiros da ADVOCEF nessa luta pela dignidade em nossa carreira. Que os jovens assumam a linha de frente, que combatam os burocratas, os apaniguados e os que buscam alcançar o topo da carreira como serviços dos chefetes de plantão".

O diretor de Comunicação da ADVOCEF, Roberto Maia, pediu que Jayme mantenha sua colaboração à ADVOCEF. Colaborador assíduo da seção cultural da revista mensal, Jayme é autor da proposta, aprovada pela categoria, que resultou no projeto editorial lançado pela Associação no fim de 2009.

Melhor advocacia

Opinião de Jayme Lima sobre o projeto de "melhor advocacia da CAIXA":

"Para sermos a melhor advocacia se tornam necessários uma carreira digna e igualitária para os advogados, com começo, meio e fim, pulso firme na busca de melhores salários e gestores que nos defendam com unhas e dentes junto à direção.

Queiram ou não, somos uma carreira diferenciada na medida em que detemos uma procuração para defesa da CAIXA em juízo. Só no ano passado buscamos um bilhão de volta para os cofres da instituição. Quanto isto representou no lucro da Empresa?"



Roleta russa

Éder Maurício Pezzi López (*)

Faz uns quatro anos que saí de Porto Alegre, e desde então devo ter me mudado umas sete vezes. Além de toda a mão de obra com busca de apartamento, caixas extraviadas pela transportadora, trocas de endereço, tem uma coisa que sempre me dá a maior dor de cabeça: cortar o cabelo. Depois de dias botando a casa em ordem, uma hora a gente tem que se aventurar num salão novo, e é aí que eu me sinto numa verdadeira roleta russa, aquela "brincadeira" de passar um revólver de cinco tiros de mão em mão só com um cartucho. No caso da barbearia, são cinco cadeiras, cada uma com seu barbeiro, e a gente tem que arriscar pra não dar o azar de pegar o "bomba".

Quando me mudei para o Rio de Janeiro, um colega me indicou um salão que ficava numa galeria da Rua da Quitanda, no centro da cidade. Ao entrar, havia alguns barbeiros livres, mas o primeiro que se aproximou foi um velhinho que depois fui descobrir que tinha oitenta e tantos anos, muito amável. Resolvi arriscar e fiquei batendo aquele papo furado de barbearia, perguntando se ele já tinha cortado o cabelo de alguém famoso, etc. Ele perguntou se eu conhecia o general João Batista Mascarenhas de Moraes, "aquele que comandou a FEB". Pra continuar no tema militar, perguntei como tinha sido a época da ditadura no Rio (a de 64, pensei), e ele respondeu que tinha sido braba, porque "aquela polícia do Getúlio não era brincadeira". É, o velhinho era a história viva do Brasil, mas meu cabelo ficou tão danado que os meus colegas da CAIXA disseram que tinha ficado parecido com o do Pelé (na Copa de 58), por causa do topetinho.

Tempos depois, em Brasília, resolvi experimentar a barbearia do Senado, pois, afinal, um colega - sempre um colega - ti-

na me garantido que era de primeira. Quase todos estavam ocupados, com gente esperando, menos um senhor muito simpático que estava de bobeira, lendo o Correio Braziliense (mais tarde descobri porque ele sempre estava livre). Pra não esperar, fui com ele mesmo e, depois de mais de uma hora, e muitas histórias dos senhores senadores, que aqui acho melhor



não contar, finalizou-se a obra. Só pra ter uma ideia, uma das costeletas ficou estilo "Elvis", comprida e cortada meio em diagonal. A do outro lado ficou também em diagonal, mas no ângulo inverso, e com uns três centímetros a menos. O meu colega, ao me ver, sorriu e perguntou se eu tinha cortado com o velhinho da última cadeira à direita. Ele tinha se esquecido de me avisar que aquele era o "bomba".

Considerando minhas experiências pretéritas, depois de me mudar aqui para Rio Grande (RS) resolvi entrar na primeira barbearia que vi, sem indicação de nenhum colega, e ver no que dava. Nessa todos estavam livres e - preconceito meu, é verdade - procu-

rei evitar os velhinhos. Ao sentar na cadeira, que deveria ser uma daquelas inglesas, do início do século passado, me dei conta de que o meu escolhido, apesar de jovem, não era muito privilegiado na altura, e muito menos no comprimento dos braços. Mesmo tentando me abaixar um pouco, escorregando para a frente na cadeira, vi que estava difícil. Além disso, acho que a estatura média dos

barbeiros ingleses era bem mais elevada, porque a cadeira não descia quase nada, e o orgulho do baixinho certamente o impedia de usar um banquinho ou coisa parecida. O resultado foi um corte muito bom, mas só da metade para baixo (em cima ficou meio tipo *black power*). Se eu tivesse o tamanho do meu amigo Caio, que, além de um grande advogado, talvez só desse para aparar a costeleta, e pouco.

Na realidade, apesar de ter dado alguns "tiros na cabeça" - quase que literalmente, pelos buracos que ficaram -, o fato é que depois de alguns meses eu sempre acabo achando um bom barbeiro. Ainda bem que na barbearia, ao contrário da roleta russa, a gente sempre tem uma nova chance no mês seguinte, seja pro cabelo ficar direitinho, ou pra chegar no trabalho com um novo corte "psicodélico", e aguentar a gozação daquele colega sacana que te indicou o salão. Se os colegas que forem ao Congresso da ADVOCEF em Gramado quiserem experimentar a "brincadeira", fiquem à vontade para, depois de um chocolate quente na Casa da Bruxa, entrar num salãozinho que tem ali perto e tentar a sorte. Aconselho fazê-lo depois de tirar as fotos.

(*) *Ex-advogado da CAIXA. Advogado da União em Rio Grande-RS. eder.m.lopez@gmail.com.*

Leia também

08 O palco democrático dos Congressos da ADVOCEF



Viagem: as cores, os sons e as surpresas de Israel **14**

16 Presidente da OAB alerta para os prejuízos da advocacia

A troca de estilos no Supremo Tribunal Federal **17**

18 A despedida do advogado Jayme Lima

Crônica: dicas para cortar o cabelo em Gramado **19**

diálogo
articulação
negociação
honorários
trabalho
coletivo
prerrogativas
unificação
comunicação
avanços

diálogo
articulação
negociação
honorários
trabalho
coletivo
prerrogativas
unificação
comunicação
avanços

2008-2010